

Putin contra o relógio

FRED HIATT

Hábitos inculcados pelo medo costumam desaparecer, mas são rapidamente reaprendidos. Esta é a lição que Vladimir Putin está nos ensinando.

Viajando pela Rússia logo após a dissolução da União Soviética, eu levava no bolso uma cópia do recém-firmado tratado entre os EUA e a Rússia que abriu este país aos estrangeiros. Enquanto dirigia por rodovias em trechos até recentemente proibidos, exibindo placas que identificavam um jornalista estrangeiro, a polícia rodoviária frequentemente me ordenava que parasse para perguntar quem me dera autorização para trafegar ali.

“Seu ministro do Exterior”, eu respondia, entregando ao policial a cópia do tratado.

Às vezes os policiais ficavam surpresos com o documento, ligavam para um superior e me liberavam. Outras, obrigavam-me a voltar. Trata-

do ou não, o que eles sabiam era: “Nada de estrangeiros ali.” Com o passar dos anos, desconfianças arraigadas e deferência à autoridade começaram a diminuir. Pessoas que nunca criticariam os poderosos fora de sua própria cozinha já se permitiam fazê-lo.

Agora, diz Tanya Lokshina, vice-diretora do escritório russo da ONG Human Rights Watch, o medo está voltando. Para ilustrar a situação, ela descreveu uma recente viagem à Sibéria, com o objetivo de pesquisar a escassez de cuidados paliativos na Rússia. Era uma missão para levantar boas notícias, já que a região é uma exceção, pioneira na oferta de assistência à população. Burocratas do Ministério da Saúde souberam da visita e os convocaram para indagar: “Onde está a permissão para vir à Sibéria? Onde está a permissão oficial para fazer entrevistas? Quem os convidou? George Soros está envolvido?” Putin exigiu que qualquer organização que receba fundos externos,

o que a maioria dos grupos de direitos humanos faz, se declare um “agente externo”, o que aos ouvidos russos soa como sinônimo de “espião”. Ele expulsou a Usaid, o Instituto Democrata Nacional (ligado ao Partido Democrata americano) e o Instituto Republicano Internacional (ligado aos republicanos), que auxiliavam os partidos russos como funcionar numa democracia.

Putin tratou de dar exemplo do que o “destino” reserva a quem o desafia. Um legislador independente foi expulso da Duma. Um líder opositorista, Sergei Udaltsov, foi acusado de planejar um distúrbio em massa e seu sócio foi sequestrado na Ucrânia e jogado no cárcere. A absurda perseguição às músicas do conjunto Pussy Riot foi bem documentada, mas 17 outros manifestantes estão sendo processados. Um já foi sentenciado a quatro anos e meio de prisão. Um ousado blogueiro de oposição, Alexei Navalny, e seu irmão são ameaçados de prisão sob

acusações bizantinas de suborno e fraude.

A lição é que ninguém está fora do alcance de Putin e ninguém será protegido por juízes, pela lei — ou por ser inocente. Assim como em seu primeiro mandato ele perseguiu um dos mais ricos industriais do país, Mikhail Khodorkovsky, para domar todos os demais oligarcas, processar os mais conhecidos e ousados líderes militantes assusta todo mundo, até burocratas do Ministério da Saúde na Sibéria.

Putin está tentando instilar medo porque ele o tem. “Ele está assustado e quer voltar a 2007 quando estava certo de sua estabilidade política e de sua popularidade”, conclui Tanya Lokshina. Mas duvida que será bem-sucedido: “É uma sociedade diferente e ele não pode voltar atrás os ponteiros do relógio.” ●

Fred Hiatt é jornalista do “Washington Post”

N.R. : Excepcionalmente, Veríssimo não escreve hoje

FLÁVIA PIOVESAN

O dever de informar

Em 13 de dezembro, o Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro decidiu pela inclusão de imagens de advertência nos maços de cigarro fabricados pela Souza Cruz, utilizando fotos com alerta mais forte a respeito dos malefícios do tabaco, de acordo com a Resolução nº 54/08 da Anvisa. A decisão reforma entendimento anterior que liberava a empresa de adotar as advertências com imagens consideradas exageradas. A Souza Cruz informou que recorrerá da decisão.

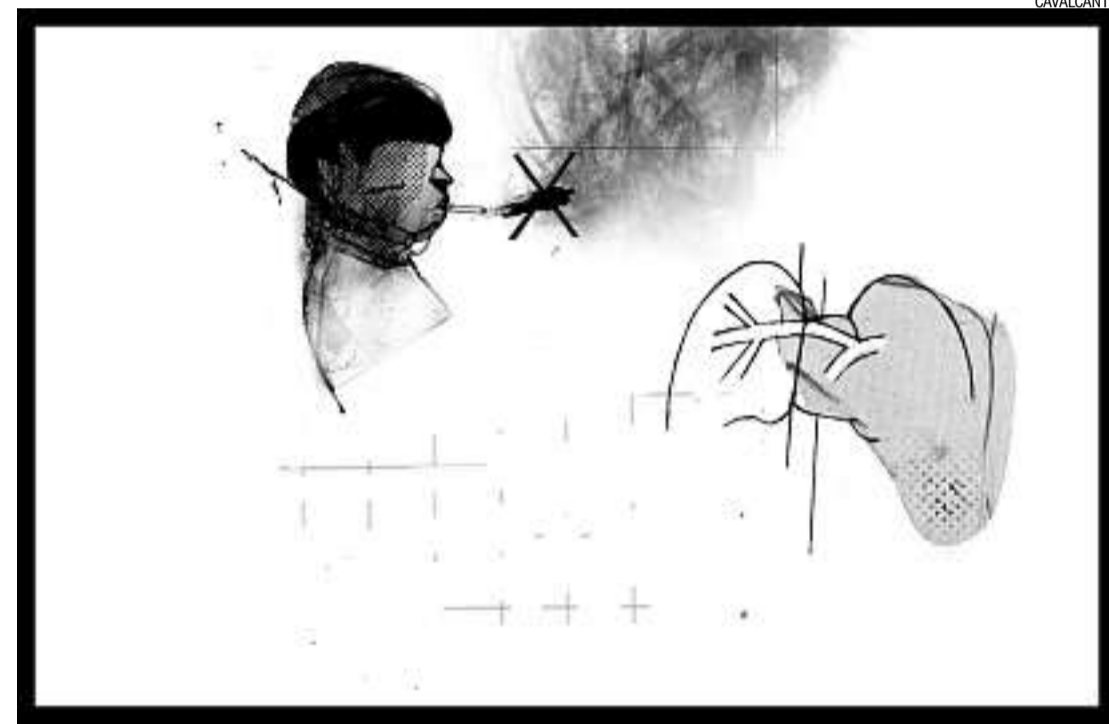
O tabagismo é a principal causa de morte evitável em todo o mundo, causando dependência química e sendo responsável por doenças respiratórias e cardiovasculares, câncer de pulmão e envelhecimento precoce. Há uma íntima relação entre o consumo do tabaco e a pobreza. Em média 80% dos fumantes vivem em países em desenvolvimento.

Para a Organização Mundial de Saúde o hábito de fumar provoca, em média, o desperdício de 4.900.000 de vidas por ano no mundo, o que corresponde a mais de 10 mil mortes por dia. Estima-se que um terço da população adulta mundial seja fumante, o que aponta a 1 bilhão e 200 milhões de pessoas. Se o consumo de tabaco não diminuir, em 2030 o número de mortes provocadas pelo seu uso alcançará 10 milhões ao ano. No século XX, calcula-se que o tabaco tenha causado a morte de 100 milhões de indivíduos.

Historicamente a estratégia da indústria de tabaco tem se baseado na omissão de informações acerca dos malefícios do consumo de tabaco e em um competente marketing a associar o tabaco à saúde em sua plenitude, à prática de esportes, à juventude, à beleza, ao lazer e ao prazer. A conduta tradicional da indústria de tabaco tem se pautado não somente pela cultura da omissão, mas, ao revés, por fomentar uma cultura de absoluta desinformação.

O direito à saúde requer o dever de informar, sobretudo em situações que lancem grave risco à saúde pública. Sob o prisma preventivo, o acesso à informação é uma dimensão essencial à efetividade do direito à saúde, especialmente no caso do tabaco — considerado grave problema de saúde pública.

O dever de informar remete, de um lado, à responsabilidade civil das empresas de tabaco. Por outro, aponta ao dever do Estado de respeitar, proteger e implementar o direito à saúde, com



CAVALCANTE

destaque ao direito à informação. Cabe ao Poder Público adotar todas as medidas necessárias à plena implementação do direito à saúde, o que inclui o dever de lançar campanhas de informação e conscientização pública voltadas a desencorajar o consumo de tabaco.

A preocupação internacional com o controle de tabaco levou à adoção de uma Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, que entrou em vigor em 1 de fevereiro de 2006, contando com 176 Estados-partes até novembro de 2012. O Brasil a ratificou em 3 de novembro de 2005. Prevê a Convenção-Quadro medidas a serem adotadas pelos Estados-partes para a divulgação ao público da informação sobre o componente tóxico dos produtos de tabaco, estabelecendo, ainda, deveres no tocante à educação e à conscientização pública acerca do impacto do tabaco (artigos 10 e 12 da Convenção). Demanda dos Estados a proibição da publicidade, promoção e patrocínio do tabaco (artigo 13). No mesmo sentido, a Constituição Brasileira, ao tratar da comunicação social, prescreve que a “propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais (...) e conterá, sempre que necessário, advertência sobre os

malefícios decorrentes de seu uso” (artigo 220 da Constituição).

Para além de proibir a propaganda de tabaco, em sua dimensão negativa, faz-se necessário exigir a prestação de informações, de forma ampla e efetiva, acerca das consequências do consumo de tabaco, amparado em sólida base científica a comprovar os malefícios do consumo de tabaco e sua ameaça à vida e à saúde, considerando, sobretudo, a especial vulnerabilidade de crianças e adolescentes e a necessidade de sua especial proteção.

A recente decisão do TRF está em plena consonância com os parâmetros internacionais e constitucionais que consideram o tabaco um grave problema de saúde pública. Do direito à saúde decorrem obrigações e deveres, o que inclui o dever de informar, a ser exercido pelas empresas e pelo Estado, mediante políticas voltadas à prevenção, à informação e à conscientização pública. Afinal, a saúde é um direito humano em si mesmo, sendo ainda condição, requisito e pressuposto ao exercício dos demais direitos. ●

Flávia Piovesan é procuradora do Estado de São Paulo e professora da PUC-SP

Na moda

BEATRIZ CARDOSO

Hoje, no Brasil, muitas iniciativas têm se esforçado para fazer referência à palavra educação. No entanto, justamente porque o desafio é tão grande, seria bom que os investimentos no setor se dessem para além do plano discursivo e da boa intenção. Se não colocarmos a atenção devida, acabaremos legitimando a ideia de que acoplar atividades relacionadas à Educação a todo e qualquer evento ou projeto equivale a realizar investimento relevante nesse campo. Assim sendo, em breve, isso poderá representar a manutenção do que já vai mal, abrindo, inclusive, brechas para oportunismos revestidos de investimento no setor.

Talvez a pergunta que caiba seja: por que chegamos aqui? Por que, frequentemente, temos forte presença da voz de especialistas de outras áreas quando o tema é Educação? Por motivos históricos, o setor é constituído por profissionais pouco valorizados por nossa sociedade e, como consequência, também por uma produção de conhecimento específico e técnico ainda frágil frente a um mundo cada vez mais exigente no que diz respeito a desempenho e resultados. Há exceções, mas, em geral, o setor procura se impor mais pela denúncia e pela negação do que pela proposição, passando a imagem de despreparo e inconsistência. Por vezes, a ideologia e a prescrição se transformam num escudo protetor. Com isso abre-se espaço para que outros especialistas (principalmente economistas, sociólogos e jornalistas) dominem a voz corrente influenciando o setor e a sociedade em geral.

Sem dúvida, esse olhar estrangeiro e comprometido, que ganhou força nos últimos anos, contribuiu muito para valorizar simbolicamente a Educação. No entanto, essa contribuição diz respeito a questões macro do campo educacional. Há um universo complexo de questões específicas relativas aos processos de ensino e de aprendizagem que precisam ser entendidos e enfrentados e que nem sempre se prestam a generalizações ou simplificações. Para fazer frente a este quadro e, para criar um campo favorável para que todos os alunos aprendam, é fundamental que pesquisadores (oriundos da pedagogia, psicologia, linguística, entre outros) e educadores sejam incorporados como interlocutores importantes nessa construção. Não se trata de uma visão corporativista. Os melhores caminhos para que os alunos aprendam nascerão do intercâmbio de conhecimentos de diferentes áreas. Mas, para haver troca, é preciso reconhecimento equivalente para o valor dessa voz técnica. A Educação deve ser pensada a partir do lugar onde ela de fato acontece: a escola.

Uma boa aposta deveria ser fomentar a pesquisa aplicada e a criação de ferramentas que contribuam com a melhoria da qualidade das aprendizagens dos alunos. Ou seja, investir em laboratórios de ideias. Para isso, é importante criar estruturas que nos ajudem a fugir de amadorismos e nas quais os profissionais possam colocar seu tempo e seus conhecimentos a serviço do desenvolvimento de soluções para a maioria das crianças.

Reivindico, portanto, equilíbrio nos investimentos e apostas. É preciso migrar de uma perspectiva intervencionista, com foco em pequenos projetos

preocupados em atingir um número cada vez maior de beneficiários em territórios delimitados, para a criação de estratégias de desenvolvimento e fomento à produção de conhecimentos relevantes que possam colaborar, aprimorar e acelerar a aprendizagem nas salas de aula.

Para alcançar melhores resultados e patamares consistentes a aprendizagem e o desenvolvimento intelectual devem estar no centro da discussão. Para assim, de forma consistente, fazer frente à polissemia que vem sendo legitimada para a palavra educação. Tudo cabe aí dentro, toda iniciativa é válida, quando o que deveria importar de fato deveriam ser ações estruturantes do setor, que ficam em último plano. Há uma mistura entre escolaridade e assistencialismo que vem sendo aceita sem questionamentos. Educação não deve ser reduzida à boa ação ou a gestos bonitos, mas deve estar associada à competência, ao know-how e a metodologias capazes de fazer frente à complexidade inerente a esse campo.

Se formos capazes, coletivamente, de separar o joio do trigo credenciando o que é proposta, programa ou projeto de pesquisa que de fato faz frente ao desafio educacional brasileiro já estaremos dando um passo. Se formos capazes de investir (público e privado) em espaços de qualificação de profissionais de ponta na área da Pedagogia que desenvolvam know-how, faremos frente aos investimentos frágeis e interessados que vêm absorvendo muito recurso no setor e abriremos possibilidades frutíferas para as próximas décadas. ●

Beatriz Cardoso é diretora-executiva do Laboratório de Educação

O acordo e a corda

ARNALDO NISKIER

Embora parecesse pacífica a implementação do Acordo Ortográfico de Unificação da Língua Portuguesa, na sua versão de 1990, a comunidade lusófona reagiu de maneira diferente. O Brasil aderiu com entusiasmo a essa ideia de simplificação. A partir de 2013 todos os seus instrumentos de comunicação, como jornais, revistas, livros e emissoras de rádio e televisão obedecerão aos ditames do Acordo, sacramentado pelo ex-presidente Lula, em 2008, numa simpática cerimônia, simbolicamente realizada na sede da Academia Brasileira de Letras.

O mesmo, infelizmente, não está ocorrendo em Portugal e nas nações luso-africanas. Há fortes reações, com argumentos inaceitáveis: o Brasil estaria exercendo uma forma de neocolonialismo, querendo impor a sua vontade cultural. Alguns jornais portugueses, como “Correio da Manhã”, “Jornal de Notícias”, “Público”, “Diário Económico” e “Jornal de Negócios”, além da revista “Sábado”, desrespeitam o Acordo e agem como se estivessem com a corda no pescoço. Não existe o consenso social mínimo em torno do assunto.

Um bom número de intelectuais protesta contra o que eles classificam

como “empobrecimento da língua portuguesa”. A Faculdade de Letras de Lisboa está na linha do que se pode classificar como desacordo. O jornal “Público” anuncia com entusiasmo que o governo brasileiro estaria para dar uma volta e

Há fortes reações, com argumentos inaceitáveis: o Brasil estaria exercendo uma forma de neocolonialismo, querendo impor a sua vontade cultural

conceder um prazo de mais seis anos para tornar obrigatórios todos os postulados. Não é o que se espera. Livros, jornais e revistas circulam de acordo com as novas regras, com a expectativa de que assim será possível sonhar com a oficialização do nosso idioma na Organização das Nações Unidas, uma velha reivindicação estratégica, que se liga ao pedido para que tenhamos assento permanente no Conselho de Segurança da entidade.

O curioso, nessa história toda, é que o Acordo contempla a maioria dos itens da Reforma de 1945, que recebemos de Portugal. Não se mexe na forma de falar, garantindo-se a individualidade dos sotaques (prosódia). A quantidade de palavras mexidas é mínima (menos de 3% dos termos usuais) e a grita pode esconder interesses econômicos disfarçados: o medo de o Brasil, com isso, procurar a conquista de novos mercados no exterior para os seus livros, por exemplo.

O que há de concreto é a decisão política de simplificar o idioma de Camões, aliás, hoje mais fácil de entender pela semelhança com o português que praticamos. O ano de 2013 será marcado pela adoção plena, pelos 200 milhões de brasileiros, de uma grafia simplificadora, apesar dos embaraços com que ainda nos deparamos diante dos hífen traçoeiros. Mas isso é questão de tempo. ●

Arnaldo Niskier é professor